



Ciências Sociais na parte diversificada do currículo da Educação Básica em análise comparada

Paula Cristina Santos Menezes ¹

Viviane Gonzalez Dias ²

TEMA, RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

A sociologia enquanto disciplina escolar tem perdido, ao menos formalmente, seu espaço curricular consolidado a partir de 2008, exigindo uma reflexão sobre suas contribuições sobre pautas e temas de grande relevância internacional. Inúmeros trabalhos têm procurado traçar o quanto o processo de construção da base nacional e a reforma do ensino médio foram conduzidas em consonância com a agenda do mercado para a educação, com implicações para a sociologia escolar (Ribeiro Lopes, 2021; Rower et al, 2021). Por outro lado, alguns autores analisam algumas “brechas” possíveis nestas reformas (Bodart e Oliveira, 2022), chamando a atenção para como a Sociologia ainda é fundamental para garantir pautas e temas transversais, ou ainda relativos à diretrizes específicas (como educação ambiental, educação para os direitos humanos e educação para as relações étnico-raciais).

O cenário brasileiro, que apresenta uma engenharia curricular complexa, ora centralizada, ora descentralizada, promove um caso de estudo importante para a compreensão das políticas curriculares na era neoliberal (e em particular da disciplina sociologia) e para a própria teoria do currículo. O aspecto centralizador das políticas curriculares brasileiras se conformam hoje nos documentos de orientação (Base Nacional e demais Diretrizes curriculares) e no sistema de verificação e repasse de verbas do FUNDEB, através da condicionalidade V do sistema VAAR (Valor Aluno Ano Resultado). O aspecto da descentralização do currículo se desenha pela garantia da LDB das redes de ensino e escolas

¹ Mulher, mestiça, moradora do Rio de Janeiro, RJ. Professora da Faculdade de Educação, UFRJ. Coordenadora do Observatório das Tecnologias e IA na educação (EDUTE CIA)

² Mulher, branca, moradora do Rio de Janeiro, RJ. Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - RJ, vivianefgd@gmail.com. Pesquisadora do Observatório das Tecnologias e IA na educação (EDUTE CIA)



também elaborarem seus próprios currículos, porém com alinhamento aos documentos nacionais.

Esta “arquitetura” curricular brasileira acaba por criar espaços específicos para a Sociologia, como afirma Dias (2023):

“o papel exercido pela Sociologia na formação de jovens e adolescentes estudantes da Educação Básica e o lugar que o ensino de sociologia ocupa no referido nível educacional após a BNCC passa a depender do modo como cada estado se apropria das orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular” (Dias, 2023)

Embora a Sociologia tenha perdido espaço curricular enquanto disciplina, manteve presença no rol dos componentes básicos do currículo. Ademais, os conteúdos da disciplina também se encontram pulverizados seja em disciplinas eletivas ou trilhas de aprendizagem, ou ainda presentes em componentes como “projeto de vida”.

Neste sentido, a análise de currículos de estados após reforma da base e do novo ensino médio podem fornecer evidências sobre o grau de centralização e homogeneização dos currículos e as repercussões para o ensino de sociologia. Um outro aspecto a ser mencionado é que estas reformas exigiram uma “tecnicidade” no tratamento curricular, levando muitas redes a adotarem consultorias especializadas, como de institutos como Telefônica Vivo e CIEB. Este movimento de “tecnificação” dos currículos também pode ter contribuído para a homogeneização dos mesmos, reservando um lugar específico para a sociologia.

Em pesquisa sobre currículo proposto por redes estaduais de ensino no Brasil após reajuste e readequação das escolas às diretrizes curriculares da Base nacional Comum Curricular e orientações do Conselho Nacional de Educação observamos que vários estados brasileiros incluem sociologia dentre os componentes curriculares habilitados para orientar os alunos sobre educação digital e midiática. As unidades da federação que fizeram essa adequação junto às eletivas incluíram relevantes informações sobre expectativas e referenciais sobre as eletivas em um catálogo a ser disponibilizado pelas escolas e para escolha dos estudantes.



Diante de novas Diretrizes publicadas pelo Conselho Nacional de Educação sobre “educação digital e midiática”, entendemos ser pertinente analisar tanto como os temas deste novo componente se relacionam com os saberes da Sociologia, a partir das novas orientações do CNE, quanto analisar os próprios currículos estaduais existentes e como os conhecimentos sociológicos foram mobilizados na parte diversificada do currículo, nas trilhas de aprofundamento de conhecimento de itinerários formativos da área de Ciências Humanas ou que incluam esta área com menção à objetos de conhecimento de Sociologia.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Neste trabalho, analisaremos o currículo de 5 estados do Brasil a fim de verificar como conceitos de sociologia são apropriados na construção de componentes eletivos. Em quais eletivas da área de Ciências Humanas e integração entre as áreas a sociologia está presente? Quais referências temáticas, conceituais e bibliográficas das Ciências Sociais são consideradas pelas secretarias de educação dos referidos estados? Com relação a eletivas em áreas de integração, este estudo privilegia o modo como conhecimentos sociológicos são mobilizados em eletivas cujas temáticas ligadas à “educação digital e midiática”.

Serão analisados e comparados o catálogo de eletivas proposto para o currículo estadual das seguintes unidades da federação: Amapá, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Em primeiro momento, faremos a análise dos currículos estaduais para identificar como tratam os temas ligados à “educação digital e midiática”, evidenciando os elementos de homogeneidade e diferenciação. Os currículos escolhidos se deram pela seleção de Estados que oferecem eletiva que contribua para educação midiática e consideram sociologia um componente capaz de contribuir para formação crítica e responsável do estudante com relação ao uso de tecnologias digitais.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

O currículo de acordo com Bernstein (1996) é um dispositivo que fornece a “gramática intrínseca do discurso pedagógico” (p. 254), considerando regras distributivas,



recontextualizadoras e de avaliação. Essas regras são hierarquicamente relacionadas às regras distributivas que regulam a relação fundamental entre poder, grupos sociais, formas de consciência e prática, suas produções e reproduções. Neste sentido, os referenciais curriculares elaborados pelos governos estaduais, as diretrizes curriculares e o documento que orienta quais são e como podem ser trabalhadas componentes curriculares eletivos são regras recontextualizadoras que regulam a constituição do discurso pedagógico específico. Os campos do dispositivo pedagógico são subdivididos em produção, recontextualização e reprodução. Esses campos estão relacionados de modo que a recontextualização do conhecimento depende de sua produção - realizada principalmente em instituições de ensino superior e organizações públicas e privadas de pesquisa - e a reprodução não pode ocorrer sem a sua recontextualização. “A recontextualização do conhecimento é realizada no âmbito do Estado (secretarias de educação, etc), pelas autoridades educacionais, periódicos especializados de educação, instituições de formação de professores, etc. A reprodução se realiza nas instituições de educação de todos os níveis” (Mainardes e Stremel, 2010, p.32).

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociologia entrou em currículo escolar recente juntamente com a Filosofia com a justificativa de serem componentes relevantes para a formação cidadã dos estudantes. Desde então, diversos temas, conceitos e autores das Ciências Sociais passam por transposição didática para serem debatidos com público de estudantes da Educação Básica. As questões e problemas sociais trabalhados pelo componente curricular Sociologia na parte básica do currículo escolar no planejamento das redes de ensino inclui um debate mais clássico e não necessariamente incentiva a participação da sociologia no debate sobre a sociedade em rede (Castells, 1996) e cidadania digital (Lemos, 2010). Em propostas transdisciplinares o debate cidadania digital desde a perspectiva de cultura digital foram inseridas nas eletivas. Neste sentido, esta comunicação sinaliza para a contribuição de conhecimentos produzidos pelas Ciências Sociais para promover debate público sobre educação midiática na educação básica.



REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, B **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Vozes: Petrópolis, 1996.

BODART, C. das N.; OLIVEIRA, R. R. A. de. O lugar do ensino de Sociologia no novo currículo de Alagoas. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 48–78, 2022. Disponível em: <https://cabecs.com.br/index.php/cabecs/article/view/390>. Acesso em: 30 abr. 2025.

CASTELLS, M **Sociedade em rede - vol 1**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

DIAS, V G. O ensino de sociologia na política curricular do estado do Rio de Janeiro pós BNCC. **Anais do VIII Encontro Nacional sobre Sociologia na Educação Básica**, Belém, 2023. Disponível em: [TRABALHO_COMPLETO_EV186_MD1_ID248_TB241_05062023230719.pdf](#). Acesso: 29 abr 2025.

LEMONS, A. LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Comunicação)

MAINARDES, J; STREMEL, S A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Teias** v. 11 , n. 22 , p. 31-54 Maio/Agosto, 2010.